



Paulo Marcelo de Miranda Serrano

**Estado e Sociedade no Processo Judicial:
percepções dos operadores do Direito
sobre os privilégios processuais do Estado e a
desigualdade de tratamento com relação ao cidadão**

Dissertação de Mestrado

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da PUC-Rio como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Orientadora: Profa. Maria Alice Rezende de Carvalho

Rio de Janeiro
Abril de 2010



Paulo Marcelo de Miranda Serrano

**Estado e Sociedade no Processo Judicial:
percepções dos operadores do Direito
sobre os privilégios processuais do Estado e a
desigualdade de tratamento com relação ao cidadão**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da PUC-Rio. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo assinada.

Profa. Maria Alice Rezende de Carvalho

Orientadora
Departamento de Sociologia e Política – PUC-Rio

Prof. Luiz Jorge Werneck Vianna

IUPERJ

Prof. Eduardo de Vasconcelos Raposo

Departamento de Sociologia e Política – PUC-Rio

Profa. Mônica Herz

Coordenadora Setorial do Centro
de Ciências Sociais – PUC-Rio

Rio de Janeiro, 09 de abril de 2010

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização da universidade, do autor e da orientadora.

Paulo Marcelo de Miranda Serrano

Graduou-se em Direito pela Universidade Candido Mendes (1987). Possui mestrado em Direito Comparado pela University of Miami School of Law (1998). Professor do Departamento de Direito da PUC-Rio e juiz do trabalho do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região. Tem interesses em Ciências Sociais e Direito.

Ficha Catalográfica

Serrano, Paulo Marcelo de Miranda

Estado e sociedade no processo judicial: percepções dos operadores do direito sobre os privilégios processuais do Estado e a desigualdade de tratamento com relação ao cidadão / Paulo Marcelo de Miranda Serrano ; orientadora: Maria Alice Rezende de Carvalho. – 2010.

137 f. ; 30 cm

Dissertação (Mestrado em Sociologia e Política)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

Inclui bibliografia

1. Sociologia – Teses. 2. Estado. 3. Sociedade. 4. Processo judicial. 5. Privilégios. 6. Desigualdade. I. Carvalho, Maria Alice Rezende de. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Sociologia e Política. III. Título.

CDD: 301

Para Patrícia, Bernardo, Guilherme e Marcela,
que constituem a minha felicidade.

Agradecimentos

À minha professora orientadora Maria Alice Rezende de Carvalho, extraordinária docente pela capacidade de igualmente se destacar tanto nas atividades de ensino quanto nas de pesquisa, agradeço pela paciência, permanente estímulo, constante diálogo e preciosas sugestões, que em muito ultrapassaram a supervisão e assistência normalmente esperados em uma orientação, bem como pela disponibilidade de tempo, mesmo em momento particular da sua vida profissional, pelo acúmulo, além de todas as demais atividades, da presidência da ANPOCS (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais).

Aos professores que participaram da Banca Examinadora, Luiz Werneck Vianna e Eduardo Raposo, pela generosidade, atenção e construtivas críticas.

Ao corpo docente do Departamento de Sociologia e Política, pelo estimulante ambiente acadêmico que propiciam.

À Ana Roxo, Mônica Gomes Barreto e Carla Matos da Rocha, bem como à Iracema Martins dos Santos, pelo contínuo apoio e simpatia.

Aos entrevistados, em ordem alfabética, Admara Falante Schneider, Adriano Pilatti, Alexandre Freitas Câmara, Antonio Barros Levenhagen, Cássio Luis Casagrande, Gisele Guimaraes Cittadino, José Augusto Delgado, José Eduardo Nobre Matta, Marco Aurélio Mendes de Farias Mello, Maria de Lourdes D'Arrochela Lima Sallaberry, Osmar Mendes Paixão Côrtes, Otavio Brito Lopes, Pedro Linhares Della Nina, Rubens Curado Silveira e Salete Maria Polita Maccalóz.

Resumo

Serrano, Paulo Marcelo de Miranda; Carvalho, Maria Alice Rezende de (Orientadora). **Estado e Sociedade no Processo Judicial: percepções dos operadores do Direito sobre os privilégios processuais do Estado e a desigualdade de tratamento com relação ao cidadão**. Rio de Janeiro, 2010. 137p. Dissertação de Mestrado - Departamento de Sociologia e Política, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

No Brasil o Estado é privilegiado quando litiga judicialmente, dispondo de vantagens não disponíveis para o cidadão. A pesquisa pretende contextualizar a fundamentação dos privilégios processuais da União, chamando a atenção para a sua emergência e permanência ao longo do tempo, buscando os modos de justificação do tratamento desigual observado na relação entre Estado e sociedade no processo judicial. Parte da sugestão inicial de que tais modos de justificação encontram portadores entre os operadores do direito e circulam socialmente porque consubstanciam tipos ideais de representação da soberania. Reconhece a desigualdade de tratamento conferido ao homem comum nas suas lides com o Estado e, sendo os operadores do direito o grupo que melhor conhece a existência desses privilégios, investiga os modos pelos quais essa desigualdade é justificada nesse grupo, bem como as percepções dissonantes, articulando os modos de justificação encontrados com concepções ideais distintas sobre o tema da soberania em circulação no Brasil.

Palavras-chave

Estado, sociedade, processo judicial, privilégios, desigualdade.

Abstract

Serrano, Paulo Marcelo de Miranda; Carvalho, Maria Alice Rezende de (Advisor). **State and Society in the Judicial Process: legal professionals' perceptions of the state's procedural privileges and unequal treatment in regard to ordinary citizens**. Rio de Janeiro, 2010. 137p. MSc Dissertation - Departamento de Sociologia e Política, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

The Brazilian state enjoys privileges in the judicial process not available to ordinary citizens. This research contextualizes the foundation of the state's procedural privileges, highlights their emergence and permanence and seeks forms of justification for such unequal treatment observed within the state-society relationship in the judicial process. This investigation begins with the initial proposal that legal professionals reproduce these forms of justification and that they are present in society because represent ideal types of sovereignty representation. Recognizing the inequality of treatment that the common citizen faces in struggles with the state, and because legal professionals comprise the segment most familiar with existence of these judicial process privileges, this research investigates the varieties of ways they justify such inequality. Lastly, it explores conflicting perceptions, connecting the forms of justification found with differing idealized notions of sovereignty in Brazil.

Keywords

State, society, judicial process, privileges, inequality.

Sumário

1. Introdução	12
2. Fundamentos dos Privilégios Processuais da Fazenda Pública	17
2.1. Doutrina majoritária	17
2.2. Antecedentes históricos	20
2.3. Direito comparado	25
3. Privilégios Processuais da União	29
3.1. Privilégios de comunicação dos atos processuais	29
3.2. Privilégios de prazo	31
3.3. Privilégios relativos às despesas processuais	35
3.4. Privilégios de vedação ou limitação de concessão de tutelas antes do trânsito em julgado da tutela definitiva	36
3.5. Privilégios do duplo grau de jurisdição compulsório	40
3.6. Privilégio de juros de mora inferiores aos demais litigantes	48
3.7. Privilégios de regime especial de execução	49
4. Análise da Doutrina e Jurisprudência	54
4.1. Pela manutenção das prerrogativas processuais da União	55
4.1.1. Interesse público	55
4.1.2. Estrutura funcional e volume de ações	57
4.1.3. Decisões judiciais adjetivadas como absurdas e tidas como em prejuízo ao interesse público	62
4.1.4. Privilégios justificando novos privilégios	65
4.2. Pela modificação das prerrogativas processuais da União	66
4.3. Pela extinção dos privilégios processuais da União	66
4.3.1. Isonomia	67
4.3.2. Ônus suportado pelo litigante particular	73
4.3.3. Eventuais decisões judiciais abusivas em tutelas concedidas antes do trânsito em julgado da tutela definitiva	73
4.3.4. Privilégios injurídicos não justificam novos privilégios	75
5. Percepções dos Operadores do Direito	77

5.1. Privilégios se justificaram no passado e se justificam hoje	78
5.2. Privilégios se justificaram no passado, mas hoje apenas alguns deles se justificam	81
5.3. Privilégios nunca se justificaram, nem hoje, nem no passado	84
5.4. Privilégios se justificaram no passado, mas não se justificam hoje	88
5.5. Privilégios se justificariam, mas os governantes os usam em proveito próprio	90
5.6. Considerações sobre as visões encontradas	92
5.6.1. Sobre a existência de diferentes concepções de Estado em circulação no Brasil, das quais são os operadores do direito portadores	96
5.6.1.1. Do tipo <i>rousseauniano</i>	97
5.6.1.2. Do tipo liberal ou <i>tocquevilleano</i>	101
5.6.1.3. Do tipo patrimonialista	105
6. Considerações Finais	110
7. Referências Bibliográficas	117
Anexos	121
Relação dos atuais privilégios processuais da União	121
Relação dos privilégios processuais da União extintos ou limitados	135

Abreviaturas

ADI – Ação Direta de Inconstitucionalidade

ADIn – Ação Direta de Inconstitucionalidade

AGU – Advocacia Geral da União

CF – Constituição Federal

CPC – Código de Processo Civil

CRFB – Constituição da República Federativa do Brasil

DL – Decreto-lei

L – Lei

MC – Medida Cautelar

MS – Mandado de Segurança

MP – Medida Provisória

MP – Ministério Público

MPT – Ministério Público do Trabalho

PDT – Partido Democrático Trabalhista

PT – Partido dos Trabalhadores

STF – Supremo Tribunal Federal

STJ – Superior Tribunal de Justiça

TRF – Tribunal Regional Federal

TRT – Tribunal Regional do Trabalho

TST – Tribunal Superior do Trabalho

*“A resposta certa, não importa nada:
o essencial é que as perguntas estejam certas.”*

Mário Quintana